

Quércia apóia a trégua de 45 dias para Presidente

SÃO PAULO — Ao evitar falar nas aspirações de São Paulo quanto a uma maior participação no Ministério, o Governador Orestes Quércia afirmou ontem estar de pleno acordo com a proposta do Governador do Rio, Moreira Franco, de uma trégua de 45 dias para o Presidente Sarney.

— Acho que o Presidente deve ter mesmo um período de trégua, em que não lhe cobrem mudanças no Ministério e espero que antes mesmo dos 45 dias ele apresente um plano econômico que o País reclama.

Segundo Quércia, São Paulo “é cooperativo” e dará toda força ao Presidente Sarney. De sua parte, considera fundamental que o novo plano econômico possibilite o aquecimento da economia do País e reserve consideráveis investimentos para as áreas de educação e energia. Na verdade, disse acreditar que essa questão de recursos já estaria sendo estudada pelo Ministro da Fazenda, que sexta-feira vai reunir-se com parte do secretariado de Quércia no Palácio dos Bandeirantes.

Quanto a mudanças na política salarial, Quércia voltou a apontar o gatilho como uma medida para um regime sem inflação. Ele acha que deveria ser buscado um novo mecanismo “que respeitasse o direito do cidadão, mas diferente do gatilho, que se mostra totalmente inviável para o funcionalismo público”. Para ele, haverá modificações nessa área, “mas não tão já”.

Sarney continuará reforma ministerial com autonomia

BRASÍLIA — Com a saída do Ministro Dante de Oliveira, o Presidente José Sarney decidiu deflagrar a segunda etapa da reforma ministerial já na próxima semana e pretende fazê-la com absoluta autonomia, embora visando a uma composição política. A informação é de um interlocutor da confiança do Presidente da República, que se mostrou surpreso com as declarações em contrário do Líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, no domingo, após encontro com Sarney no Palácio da Alvorada.

Segundo o interlocutor de Sarney, o Presidente sente-se à vontade para imprimir a sua marca pessoal na indicação do novo Ministério, após avaliar os resultados de sua estratégia para a formação de uma base política que respalde sua proposta de um mandato de cinco anos. Sarney, segundo a fonte, está satisfeito com os rumos tomados pelo PMDB após seu pronunciamento pela televisão.

São muitas as especulações sobre as possíveis mudanças, mas de concreto pode-se afirmar apenas os Ministros que Sarney pretende manter, de acordo com uma fonte do Palácio do Planalto. Os Ministros Renato Archer, da Ciência e Tecnologia; e Raphael de Almeida Magalhães, por exemplo, devem permanecer na equipe para não criar atritos no PMDB e também porque o Presidente restabelece um entendimento



Newton Cardoso



Orestes Quercia



Alvaro Dias

com o Deputado Ulysses Guimarães.

O Ministro da Saúde, Roberto Santos, também deve ser preservado, ao contrário das especulações, porque Sarney quer manter o equilíbrio de forças baianas no Governo — de um lado, o Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães; de outro, um nome ligado ao grupo que lhe faz oposição a nível regional.

Segundo a mesma fonte, não há ainda nenhum nome para o lugar de Dante de Oliveira, mas os Governadores Orestes Quercia, Newton Cardoso e Alvaro Dias serão ouvidos pelo Presidente da República, pois foram os mais solidários na tese dos cinco anos de mandato defendida por Sarney.

Um parlamentar do PMDB, com livre trânsito na cúpula do Partido,

confirma que a reforma virá mesmo na próxima semana e deverá preservar os Ministros citados pela fonte do Planalto.

No lado do PMDB, prevê-se que Sarney substituirá os Ministros Deny Schwartz (Ministério do Desenvolvimento Urbano); Iris Resende (Agricultura); e José Hugo Castelo Branco (Ministério da Indústria e Comércio). A hipótese de desmembrar o Ministério das Minas e Energia em dois está descartada. O quarto Ministério que Sarney alteraria seria o da Reforma Agrária, mas Dante de Oliveira antecipou-se. É possível ainda a substituição do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, mas Sarney, de acordo com o informante, só o fará caso abra uma vaga (que pode ser a de Célio Borja) no Supremo Tribunal Federal.

Arraes se queixa a Ulysses sobre assédio do Planalto

RECIFE — A articulação que está sendo tentada pelo Palácio do Planalto há mais de 15 dias para reaproximar o Presidente José Sarney do Governador de Pernambuco, fez com que Miguel Arraes tivesse ontem uma conversa por telefone com o Deputado Ulysses Guimarães, a quem se queixou de que estaria havendo uma movimentação para isolá-lo no partido, ou então para fazer crer à opinião pública que ele, Arraes, aceitaria a reconciliação com o Presidente em troca de cargos.



Arraes recusa favor

— Isso não pode continuar — disse Arraes a Ulysses Guimarães, que sem ter uma explicação para oferecer no momento ao Governador, desculpou-se alegando que não sabia de nada. Arraes então relatou as razões de suas queixas: primeiro, a indicação de um representante do PFL para o Ministério do Interior, e a reação passiva da cúpula do PMDB. Segundo, a especulação constante de que o Vice-Governador Carlos Wilson poderá ser Ministro, quando o interesse do Governo de Pernambuco não é conquistar Ministérios, e sim investimentos; e, por último, o

telefonema do Ministro Costa Couto na última sexta-feira, colocando à sua disposição o Ministério da Reforma Agrária.

— Pernambuco não quer emprego nem deseja fazer a política do fisiologismo. Quer aquilo que tem direito — disse o Governador ao Deputado Ulysses Guimarães.

— A estratégia do Governo, a meu ver — disse Jarbas Vasconcelos, ontem, a um assessor — é insistir em dar um Ministério a Pernambuco.

Arraes deu ontem duas razões para o adiamento da Convenção Nacional do PMDB, prevista para 13 e 14 de junho: acha que é necessário esperar um pouco mais por uma definição de política econômica; e não considera conveniente atrapalhar os trabalhos da Constituinte. Para ele, embora a Convenção tenha sido convocada para que o Partido tome uma posição oficial sobre o mandato do Presidente José Sarney, não haveria como deixar de se discutir, também, uma posição sobre a política econômica do Ministro Bresser Pereira.

Arraes entende que a política de Bresser tem se revelado “vacilante” porque, embora o Ministro fale em retração dos investimentos públicos para conter o déficit, não estimula os investimentos privados. Por todos esses fatores, considera inadequado fazer uma Convenção Nacional agora, antes que o Governo explicitie bem sua política econômica.

Eleitor poderá ter o direito de cassar deputado

BRASÍLIA — A proposta do “recall”, mecanismo que dá ao eleitor o direito de cassar o mandato do deputado que se desviar de seus compromissos, será acolhida pelo Relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, Senador José Paulo Bisol (PMDB-RS). Ele disse que vai “avançar o máximo possível” em seu relatório.

O “recall” — proposto pelo Relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, Deputado Lisâneas Maciel (PDT-RJ) — seria, na opinião do Senador, uma maneira de consagrar na Constituição um mecanismo de controle do povo sobre o Congresso.

Bisol pretende aproveitar a maioria das propostas de Lisâneas que, segundo ele, não deixou de fora nenhum direito social ou coletivo. O Senador quer também lutar pela aprovação dos instrumentos que viabilizem a garantia desses direitos, como o Tribunal de Garantia dos Direitos Constitucionais e o Defensor do Povo.

O Relator também poderá fazer algumas alterações no relatório da Subcomissão dos Direitos Individuais, principalmente no item que dispõe sobre o direito à vida. Bisol acha que a questão do aborto não é matéria constitucional e que esse dispositivo pode ser trocado por outro, simplesmente determinando que o Estado deve proteger e assistir ao cidadão desde a sua vida intra-uterina.

No campo da soberania e das relações internacionais, o Relator também vê uma série de propostas que devem ser acolhidas e lutar pela aprovação de um dispositivo definindo o direito do Estado à reserva de mercado.

Propriedade deverá ter outra definição

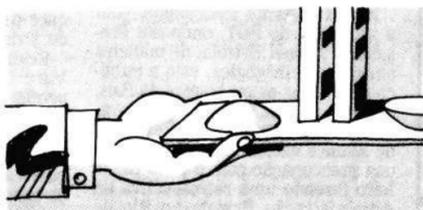
BRASÍLIA — Apesar de três anteprojetos de subcomissões definirem a propriedade como um direito, na discussão aparecerá um novo conceito: o Relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, Senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), quer que a nova Constituição faça uma distinção entre a propriedade dos bens de uso, que seria indiscutível, e a propriedade dos meios de produção, vinculada ao aspecto social.

O Senador José Paulo Bisol vai tentar também incluir um dispositivo determinando o pagamento das desapropriações em títulos, e não em dinheiro, ao contrário do que pregam os anteprojetos das Subcomissões dos Direitos Individuais e dos Princípios Gerais da Ordem Econômica. Neste último relatório, a propriedade é definida como um direito, “subordinado à função social e, no caso de desapropriação para destinação pública ou por interesse social”, assegura indenização em dinheiro aos desapropriados.

Comissão de Transição vai propor a mudança do sistema de governo

BRASÍLIA — A Subcomissão do Poder Executivo criou, nas disposições transitórias, a Comissão de Transição com a finalidade de propor ao Congresso e ao Presidente da República “as medidas legislativas e administrativas urgentes e necessárias” à organização institucional estabelecida na Constituição, ou seja, operar a mudança do sistema de governo, com a passagem do presidencialismo para o neoparlamentarismo.

A Comissão de Transição terá nove membros indicados pelo Presidente da República (três), Presidente da



Câmara (três) e Presidente do Senado (três). Ela será extinta seis meses após a instalação, que se dará no mesmo dia em que a Constituição for promulgada.

A Subcomissão do Executivo aprovou também que o neoparlamentarismo entrará em vigor na data da

promulgação da Constituição e não será passível de emenda num prazo de cinco anos. Os Presidentes da República e do Supremo Tribunal Federal prestarão compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, em sessão solene a ser convocada pelo Presidente do Congresso, devendo ser nomeados, no mesmo dia, o Primeiro-Ministro e os demais integrantes do Conselho de Ministros.

Na Subcomissão do Poder Legislativo foi aprovada uma resolução transitória que dá prioridade na elaboração e tramitação no Congresso às leis complementares previstas na nova Constituição ou às leis que a ele devam se adaptar.

Subcomissão aprova auditoria da dívida externa

BRASÍLIA — Entre as quatro disposições transitórias aprovadas na Subcomissão do Sistema Financeiro, destaca-se a realização, por parte do Executivo, no prazo de um ano, de uma “ampla e circunstanciada” auditoria da dívida externa. A outra que chama a atenção tem apenas uma frase: “Fica extinto o Conselho Monetário Nacional”.

A auditoria, se for aprovada pela Constituinte, abrangerá as operações financeiras “relativas a empréstimos e financiamentos obtidos em instituições estrangeiras, realizadas pela administração pública direta ou indireta federal, estadual e municipal, bem como por pessoas jurídicas de direito privado, sempre que praticadas com aval, fiança ou qualquer outra garantia fidejussória oferecida pelos órgãos referidos”.

Outra disposição transitória transfere todas as atividades de fomento do Banco Central para o Banco do Brasil e bancos regionais federais. E todas as atividades relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação passarão para a Caixa Econômica Federal num prazo máximo de 90 dias, contados da promulgação da Constituição.

Nesse mesmo período, o Banco Central deverá transferir para o Tesouro Nacional todas as operações e encargos que não se relacionarem com as atividades específicas de autoridade monetária. As disposições transitórias também proíbem as atividades dos bancos estrangeiros no País. Dentro de um ano, depois da promulgação da Carta, eles encerrarão as suas atividades e ficarão extintas as respectivas licenças, sem ônus para a União.

Ainda sobre a auditoria da dívida externa, ela compreenderá “o exame de quaisquer contratos, protocolos, convênio e cartas de intenções relativas às citadas operações financeiras, independentemente de seus termos, dos ativos financeiros objeto dos mesmos e da natureza jurídico-econômica das partes contratantes, bem como a identificação e o acompanhamento das aplicações realizadas com os recursos obtidos”.

Diz o texto aprovado na Subcomissão que “o processo de auditoria financeira deverá ser singular e específico, devendo, em cada caso, ser emitido, pela autoridade responsável, laudo técnico a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, em sessão conjunta, previamente instruído com o parecer conclusivo do Tribunal de Contas da União”.

Participação nos lucros é prevista para trabalhador

BRASÍLIA — A criação de uma comissão composta por representantes do Governo, dos empregados e dos empregadores — para definir mecanismos que assegurem a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas — está prevista no anteprojeto encaminhado ontem pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos à Comissão da Ordem Social.

O anteprojeto, elaborado pelo relator Mário Lima (PMDB-BA), prevê ainda nas disposições transitórias a garantia da aposentadoria com direitos e vantagens previstos na Lei de 23 de janeiro de 1967, para os funcionários públicos que tenham sido admitidos até aquela data.

Pelo elenco de propostas da Subcomissão, o Presidente da República encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de 60 dias da promulgação da nova Constituição, um projeto de

lei estabelecendo a equivalência dos proventos e pensões da Previdência Social ao salário percebido por ocasião da concessão desses benefícios, objetivando a indenização dos prejuízos decorrentes da defasagem sofrida nos últimos anos.

O texto concede anistia ampla, geral e irrestrita a todos os que, no período entre 18 de setembro de 1946 a 1º de fevereiro de 1987 tenham sido unidos em decorrência de motivação política por qualquer diploma legal, de exceção, atos institucionais, atos complementares ou sanção disciplinar imposta por ato administrativo. Essa anistia garante aos civis e militares que dela se beneficiarem a reintegração ao serviço ativo e o recebimento — com correções e promoções a que teriam direito como se tivesse permanecido em serviço — de salários, vantagens e gratificações

atrasadas.

Ainda no capítulo das disposições transitórias, a Subcomissão prevê para o ex-combatente, civil ou militar, da Segunda Guerra Mundial, que tenha efetivamente participado de operações bélicas das Forças Armadas brasileiras, os seguintes direitos: estabilidade, se servidor público; aproveitamento no serviço público sem concurso e aposentadoria com proventos integrais correspondente à remuneração percebida aos 25 anos de serviço.

Ainda para esses ex-combatentes, o anteprojeto assegura assistência médica e internação nos hospitais militares, gratuitas para si e seus dependentes; educação gratuita em todos os graus aos filhos e netos; casa própria para os que dele carecerem ou suas viúvas e isenção de pagamento do Imposto de Renda incidente sobre aposentadoria e proventos.



Prisco e Passarinho acreditam na formação de um novo partido de centro

Formação de novos partidos começa a agitar o Congresso

BRASÍLIA — O Líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, e o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA) acham que o posicionamento das forças moderadas do PMDB, que durante as votações dos anteprojetos das subcomissões da Constituinte mantiveram-se ao lado dos partidos conservadores, apontou, na prática, para a formação informal de um partido de centro. Segundo eles, esse novo partido atuará em conjunto não só na Constituinte, mas também em situações de interesse comum.

— Os entendimentos entre o Deputado Roberto Cardoso Alves (da ala conservadora do PMDB) e o Deputado Amaral Neto (Líder do PDS na Câmara), por exemplo, serão feitos por interação — observou Passarinho, descartando a reformulação formal do quadro partidário a curto prazo.

As votações suprapartidárias ocorridas nas subcomissões apontariam, em princípio, para a formação de um partido de centro. No entanto, a hipótese de uma aglutinação formal das forças conservadoras num só partido é afastada por Passarinho, principalmente em função do esforço que exige a criação de um novo partido, face às imposições da legislação vigente. O Senador lembrou que a Arena levou 11 meses para se reestruturar como PDS, apesar das facilidades de que dispunha como partido do Governo na época do fim do bipartidarismo.

O PMDB seria fator fundamental na reestruturação do atual quadro partidário, segundo o Líder do PDS no Senado. Somente um “racha” no principal partido da Aliança Democrática poderia deflagrar esse processo. No entanto, ele considera difícil essa possibilidade, uma vez que,

mesmo havendo a possibilidade de um “racha” a nível nacional, as bases é que determinam a cisão.

— Quando a perspectiva de um racha chega nos Estados, chega aos Governadores e às bases, a divisão não acontece — ponderou Passarinho.

Já o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, acha que o processo de reestruturação dos partidos políticos não ocorrerá durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, nem mesmo imediatamente após. O momento certo, segundo ele, é o das eleições, que levariam à reafirmação de posições já explicitadas por ocasião da Constituinte.

Os setores “progressistas” do PMDB, por outro lado, têm consciência da hegemonia das forças conservadoras no Partido, mas não pretendem abandonar a luta no sentido de fazer prevalecer suas posições. Paralelamente aos entendimentos que encaminha com outros partidos de tendência “progressista”, esses setores passam a trabalhar com a hipótese de ter que se aliar a “conservadores”, sob pena de serem atropelados no processo de elaboração da nova Carta.

Nesse sentido, um grupo de aproximadamente 60 parlamentares com posições “progressistas” tem se reunido com frequência. O ponto comum que os une é a necessidade da “existência” de um partido que atue como tal.

Embora a saída do PMDB e a formação de um novo partido não seja consenso dentro do grupo, muitos deles admitem que podem ser levados a essa atitude, caso não consigam dar ao PMDB uma feição “progressista”.

Foto de Gustavo Miranda